

**CONTRATEMPOS DA MODERNIZAÇÃO:
A CIDADE DE BELO HORIZONTE E A PRAÇA DA
LIBERDADE EM MEIO À METRÓPOLE**

**SETBACKS OF MODERNIZATION:
THE CITY OF BELO HORIZONTE AND THE
LIBERTY SQUARE IN THE MIDST OF THE
METROPOLIS**

**CONTRATIEMPOS DE LA MODERNIZACIÓN:
LA CIUDAD DE BELO HORIZONTE Y LA PLAZA DE
LA LIBERTAD EN MEDIO DE LA METRÓPOLIS**

PEDRO HENRIQUE DE MENDONÇA RESENDE

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG

phmresende@yahoo.com.br

Resumo: Refletimos neste texto sobre determinadas consequências do processo de modernização para a cidade de Belo Horizonte. Produtos e condições da modernização social, urbanização e metropolização estabelecem-se sob a extensão da sociabilidade do capital. Observando os vínculos entre reprodução de relações sociais de produção e urbanização, vida cotidiana no mundo moderno e representações ideológicas de uma cidade que se tornou metrópole, analisamos as mudanças e permanências implicadas à Praça da Liberdade ao longo de mais de um século. Construída como centro burocrático pelo republicanismo positivista nessa cidade pretensamente moderna, desde o plano e construção da “nova capital” de Minas Gerais a partir de 1885, a Praça da Liberdade tem reforçado seu caráter monumental, quando intervenções capitaneadas por empresas e viabilizadas pelo Estado re-funcionalizam os prédios do seu entorno, transformando-os em “equipamentos culturais”. Questionamos, portanto, os sentidos e as contradições envolvidas na monumentalização fetichista de uma cidade herdada historicamente.

Palavras chave: Modernização; reprodução de relações sociais de produção; representação ideológica da cidade; metrópole; vida cotidiana.

Abstract: We have reflected on certain consequences of the modernization process for the city of Belo Horizonte. Products and conditions of social modernization, urbanization and metropolitanization are established under the sociability of capital. Noting the links between reproduction of social relations of production and urbanization, everyday life in the modern world, and ideological representations of a city that has become a metropolis, we analyze the changes and continuities involving the Liberty Square for over a century. Built as a bureaucratic center by positivist republicanism in this supposedly modern city since the plan and construction of “the new capital” of Minas Gerais, from 1885, Liberty Square’s monumental character has been reinforced because of the interventions financed by corporations and made possible by the State. These interventions are re-functionalizing the buildings from its surroundings by transforming them into “cultural equipment”. Therefore, we are questioning on the senses and the contradictions involved in the fetishistic monumentalization of a city which was historically inherited.

Keywords: Modernization; reproduction of social relations of production; ideological representation of the city; metropolis; everyday life.

Resumen: Reflexionamos en este texto sobre algunas consecuencias del proceso de modernización para la ciudad de Belo Horizonte. Productos y condiciones de la modernización, la urbanización y la metropolización son establecidos bajo la sociabilidad del capital. Señalando los vínculos entre la reproducción de las relaciones sociales de producción y la urbanización, la vida cotidiana en el mundo moderno y las representaciones ideológicas de una ciudad que pasó a ser metrópoli, analizamos los cambios y las continuidades involucradas a la Plaza de la Libertad, para más de un siglo. Construida como centralidad burocrática por lo republicanismo positivista en esta ciudad supuestamente moderna, desde el diseño y la construcción de la “nueva capital” de Minas Gerais a partir del año 1885, la Plaza de la Libertad se ha fortalecido su carácter monumental, cuando intervenciones financiadas por empresas y hechas posibles por el Estado refuncionalizan los edificios de su entorno, transformándolos en “centros culturales”. Discutimos, por lo tanto, los sentidos y las contradicciones del fetiche de la monumentalización de una ciudad históricamente heredada.

Palabras clave: Modernización; reproducción de relaciones sociales de producción; representación ideológica de la ciudad; metrópoli; vida cotidiana.

INTRODUÇÃO

Atentando para o modo como nos relacionamos com aquilo que sobrou da cidade no contexto atual da metrópole de Belo Horizonte, nós nos detemos nos elementos fundamentais do processo de modernização¹. Para tanto, nesta

1 É necessário agradecer, desde já, aos dois pareceristas anônimos da Revista Terra Livre que fizeram

introdução nós expomos alguns elementos da crítica da economia política a fim de elucidar os processos de modernização e urbanização. Posteriormente, ao pensarmos a relação entre tais processos na segunda seção do texto, problematizamos a apreensão ideológica da modernização em contraposição à crítica categorial dos seus fundamentos. Discutimos, em seguida, a constituição de Belo Horizonte como pretensa “cidade moderna”, para, então, descrevermos as mudanças e permanências implicadas à Praça da Liberdade com a urbanização (e metropolização) dessa cidade. Questionamos, na quinta seção do texto, os usos atuais dos prédios de tal Praça e a representação da cidade herdada. Por fim, debatemos as (im)possibilidades que envolvem a cidade em meio à metrópole. Como objeto de intervenções e estratégias inseridas no âmbito da reprodução capitalista do espaço, sendo seus fragmentos herdados “re-utilizados” em meio à metrópole contemporânea, “a cidade se perder na metamorfose planetária”, conforme Henri Lefebvre destacou argutamente:

O fenômeno urbano acha-se profundamente modificado. O centro histórico desapareceu como tal. Resta apenas, de uma parte, como centro de decisão e de poder, e, de outra, como espaços fictícios e artificiais. É verdade que a cidade persiste, mas sob um aspecto museificada e espetacular (LEFEBVRE, 1989).

Antes, porém, de discutirmos a museificação contemporânea da(s) cidade(s), abordamos alguns dos fundamentos da modernização. Poderia parecer inócua, sobretudo para quem se depara com o presente como dado e acabado, reafirmar que a relação entre o mundo moderno e a cidade em processo intensivo e extensivo de urbanização seja constitutiva. Pois, embora a modernidade não se refira a um fenômeno unicamente urbano, foi na cidade, com o “crescimento” de grandes núcleos urbanos a partir do século XIX, que o “espírito” da modernidade se expressou real e perceptivelmente centrado no modo de vida moderno. Como experiência de tempo-espaço, entretanto, a modernidade implicaria, além da expressão real e perceptiva - sensível e material - da cidade acrescida, a vivência de que “tudo [o] que é sólido desmancha no ar” (MARX & ENGELS, 1848, apud BERMAN, 1986). Envolvida na renovação constante da cidade e da vida cotidiana, numa superposição sucessiva de inovações mais ou menos superficiais sobre as condições do passado, a sociedade moderna não escapa nem deixa de gerar profundamente contradições do círculo definidor de sua sociabilidade: a reprodução do capital.

valiosas sugestões e críticas a este texto.

A separação historicamente originária deste modo de produção - de um lado, os detentores do capital, do outro, os vendedores de trabalho² - fez da força de trabalho uma mercadoria especial, única, que pode transferir valor e ainda criar mais-valor, que valoriza o valor para a acumulação do capital através da extração de trabalho excedente (ou trabalho não-pago) na produção de todas as outras mercadorias. Sendo, porém, o objetivo da atividade produtiva na moderna sociedade produtora de mercadorias não a utilidade ou o prazer concreto, mas o aumento da quantidade de dinheiro, tal objetivo torna-se puramente quantitativo. Baseado no tempo de trabalho socialmente médio e necessário, esse impulso ao crescimento da quantidade de dinheiro adiantado apresenta-se como inerente à forma-mercadoria. Dessa maneira, conforme demonstrou Karl Marx ([1867] 1985) com a análise do caráter duplo do trabalho (concreto e abstrato) como especificidade desse modo de produção, existe necessidade aparentemente ilimitada de acumular capital. Portanto, o ser-aí imediato do capital encontra-se na reprodução social para a acumulação.

Como forma de sociabilidade que se universaliza, impelida pelas determinações de uma abstração-real - fundada no equivalente da quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria (produzida em diferentes condições de trabalho), o trabalho abstrato, como a medida do valor (sendo este uma forma social total e não apenas econômica) -, o capital subordina todos os meios para que o seu fim se torne o resultado de si mesmo: a necessidade de acumular por acumular, de produzir mais dinheiro a partir de dinheiro. No estabelecimento dessa sociabilidade universal geram-se rupturas com os modos e meios de vida precedentes, uma vez que o nexos social se dá não mais prioritariamente pelos trabalhos concretos e valores-de-uso, mas, sobretudo, pelo trabalho abstrato e pelas trocas³, em que o desenvolvimento das forças produtivas se torna importantíssimo e a forma-mercadoria se expande em todos os sentidos da vida cotidiana. O capital, desse modo, se reproduz e se amplia com rupturas, divisões, reiterando contradições. As rupturas são, doravante, o seu modo de ser. Conseqüentemente, as rupturas são as condições do moderno enquanto modo de vida reificado e reificante no mundo da mercadoria e da modernização como processo – constituído, *grosso modo*, pela mobilização do trabalho abstrato e divisão social do trabalho, pelo desenvolvimento das

2 Separação dos produtores dos meios de produção, definida na oposição dialética entre os detentores de força de trabalho e os proprietários de meios de produção.

3 As trocas de mercadorias apresentam-se como determinação social para a sobrevivência e reprodução no mundo moderno, em que a compra e a venda formam uma unidade dos contrários, isto é, interdependentes, porém diversas.

forças produtivas e pela institucionalização da propriedade privada -, em que um está incorporado ao outro. Como totalidade simples que, metamorfoseada, desencadeia todo o modo de produção, pois contém em germe todo o capital, a mercadoria passa a determinar aprofundadamente nossas relações sociais.

Nessa universalização dominadora, a Revolução Industrial firmou a cidade como locus privilegiado da reprodução de relações sociais de produção, de concentração e desenvolvimento das forças produtivas do capital. Primeiramente na cidade, mas logo envolvendo o campo, a vida cotidiana transforma-se em cotidiano com a homogeneização e fragmentação dos usos do tempo e do espaço pelos imperativos da troca (LEFEBVRE, [1968] 1991a). Caracterizada por sua tendência em estabelecer relações impessoais, pela individualização e equivalência, pela racionalização e pelo calculável, redutível ao quantitativo, enfim pela homogeneização, fragmentação e hierarquização da realidade social, a abstração-real do capital alçou-se como elemento próprio da sociabilidade moderna.

Dessa maneira, o modo de produção do capital se revela como modo de produção de mais-valor e o capital como valor em movimento. O capital pode ser compreendido, por meio dessa síntese bastante sucinta, como relação social em que ele relativamente se autonomiza e domina o social, que o produziu, tornando-se o “sujeito” da história (Marx)⁴. Esse impulso autonomizado da valorização do valor vai encontrar o espaço como empecilho, em um primeiro momento, pois a propriedade da terra é um custo para o capital. O espaço tornado mercadoria, parcelado, vendido e comprado é, entretanto, condição formal para sua reprodução. Certos ramos de reprodução do capital, inclusive, estão diretamente voltados para os “negócios” da re-produção espacial, tais como as empreiteiras e as incorporadoras. Mas o que também envolve o espaço na economia política moderna, e que diz respeito à relação entre trabalho social, proprietários de terra, capital em geral e em particular, é a renda da terra, notadamente a urbana, que se configura como uma forma específica para a acumulação: o rentismo.

A acumulação do capital - como fim em si da reprodução social moderna - implica constante e contraditoriamente, portanto, uma tendência à mercantilização de tudo e de todos. Coisificando as relações sociais, naturalizando-as como relações entre coisas, a sociabilidade e a forma de pensamento no moderno sistema produtor de mercadorias tornam-se, assim, fetichistas, ainda que

4 O capital se volta contra o homem concreto, o trabalhador particular que, vendendo sua força de trabalho para em troca receber salário e conseguir comprar as mercadorias que não pode produzir sozinho, se submete ao “Deus mercado”. Vive-se, assim, para trabalhar, e não o contrário.

não de maneira determinista, mas como condição própria do mundo onde são as coisas mortas, mercadorias e dinheiro, que estão socializadas em contraposição às pessoas⁵. Não quer dizer que o fetichismo da mercadoria seja efeito de um pensamento errado ou falso, julgado por uma verdade pressuposta pelo cientista, por exemplo. Trata-se, ao contrário, de um feitiço que se realiza em função das relações de equivalência (trabalho abstrato, valor e dinheiro) postas e repostas pelas trocas por meio do dinheiro⁶. Diante do processo de modernização a sociedade acaba por abertamente rejeitar o entendimento e a subversão do movimento das relações sociais, apreendidas e vividas de maneira fetichista como relações entre coisas, ao passo que, correlatamente, as coisas estão humanizadas (MARX, [1867] 1996).

A finalidade em si da acumulação do capital impede, pois, que o real se descubra como possível, que se esboroe de uma vez por todas a penumbra fantasmática da dança das mercadorias que “encantam” e dominam os homens. Abrindo-se à possibilidade concreta de não sermos mais “escravos da luz sem misericórdia” (KURZ, 1997) da produção generalizada de mercadorias, do trabalho abstrato e do valor, criar-se-ia uma vindoura história dos homens radicalmente livres, que não se coaduna com a liberdade formal e privada, juridicamente instituída, nem com a dupla liberdade negativa do trabalho no modo de produção do capital (livre dos meios de produção e livre para a venda da força de trabalho). Visar-se-ia, radicalmente, libertar os homens do trabalho, do reino da mercadoria e do Estado, ou seja, do capital.

A MODERNIZAÇÃO: ENTRE IDEOLOGIA E CRÍTICA CATEGORIAL

O desvelamento desses fundamentos e contradições do processo de modernização torna-se imprescindível para se compreender a urbanização. A partir da expressão “produção do espaço”, formulada por Henri Lefebvre ([1984] 2000), pode-se admitir que a produção e a reprodução das relações sociais de produção do capital não implicam a produção apenas de coisas, de objetos, mas também de relações sociais, de cidades novas, do cotidiano, das representações ideológicas. Dessa maneira, o pensamento fundado na crítica da economia po-

5 O valor, por exemplo, aparece fetichizadamente como se fosse atributo da natureza física e do valor-de-uso das mercadorias, ao invés de ser compreendido como determinação social implicada às mercadorias devido à abstração-real própria das relações sociais capitalistas.

6 Conforme a expressão de Marx ([1894] 1985: p.280), “essa personificação das coisas e essa reificação das relações de produção, essa religião da vida cotidiana”, torna o fetichismo da mercadoria crescente e contraditoriamente reproduzido, ao ponto de se tentar criar dinheiro a partir de dinheiro (financeirização).

lítica do espaço e na crítica da vida cotidiana penetra, contra-estrategicamente, as entranhas dos processos de modernização e urbanização. Esta última se faz como condição e produto da lógica reprodutiva do capital (o econômico), que intervém, junto com a racionalidade estatal (o político), na vida cotidiana (o social). Recuperando a relação das partes com o todo, dos fragmentos e das rupturas, das transições e dos desdobramentos, a lógica dialética ilumina as ligações internas e as mediações necessárias, detendo-se no pensamento pelo negativo. Exige-se, por suposto, uma teoria do espaço produto-produtor que, engendrado pelo modo de produção, intervém no nível das forças produtivas, das relações de propriedade, das instituições e das ideologias.

As ideologias não se reduzem, assim como não se reduz o fetichismo da mercadoria, ao discurso falsificador. Apesar de conceitualmente diferentes do fetichismo como forma objetiva e subjetiva da sociabilidade no mundo das mercadorias, as ideologias operam efetivamente na subordinação real dos homens às coisas, como ratificação do modo fetichista de conceber e relacionar-se no mundo moderno.⁷ As ideologias, enfim, funcionam como justificação do injustificável, da vida cotidiana degradada, subjugada às coisas, mas, ao mesmo tempo, naturalizada, tomada como condição inalterável. Para Marilena Chauí (1989), ao contrário do pensamento crítico, que se detém no que é aparentemente indeterminável na experiência e o compreende de maneira conceitual na busca da sua totalidade concreta, a ideologia recusa o não-saber que habita necessariamente a experiência e o próprio saber (como negação do ser que compõe a totalidade do próprio ser), numa afirmação peremptória de verdades absolutas.

Subordinadas à reprodução do capital, as ideologias tornam-se normas prévias que fixam uma ordem instituída, simultaneamente, de maneira burocrática (pela via estatal) e de maneira não-burocrática (pelo cientificismo). Em uma operação lógica de redução do ser ao ter e do ter ao parecer (DEBORD, [1967] 1997), deduz-se a realidade social da modernização das ideias prontas que se tem dela, enquanto que, contraditoriamente, “(...) as ideias deveriam estar nos sujeitos sociais e em suas relações, mas, na ideologia, os sujeitos sociais e suas relações é que parecem estar nas ideias” (CHAUÍ, 1989: p.4). Como mecanismo de dominação, a ideologia faz-se do exercício do poder na anulação do pensar e na promoção da morte do conhecimento, tornando-o objeto dominável, positivo e instrumentalizado. Com a pretensão de uma racionalidade imanente ao social, a ideologia é tomada como um discurso competente,

7 O ideológico apresenta-se, desse modo, como o objetivo factual de uma realidade que aparentemente se explicaria em si mesma. A História reduz-se ao mais do mesmo, à soma do que já estava previsto.

anônimo e impessoal, vinculado àqueles poucos que podem falar e fundado na pura (ir)racionalidade de “fatos racionais”. Através da interiorização violenta de regras e normas, tem-se uma concepção mistificadora e generalista de verdade pelo saber autorizado a falar. Em elaboração continuada no espaço e no tempo, segundo os mecanismos da dominação social dos homens por outros homens através das coisas, “(...) a ideologia incorpora e consome as novas ideias, desde que perderam as amarras com o tempo originário de sua instituição e, assim, fiquem fora do tempo” (idem, p.6). “Afirmar que a ideologia não tem história é, portanto, afirmar que, além de ‘fora do lugar’, nela as ideias também estão ‘fora do tempo’” (idem, 1989: p.6). Portanto, a discrepância entre o que se concebe ideologicamente e a compreensão crítica dos fundamentos da reprodução social demonstra que “(...) na ideologia as ideias estão fora do tempo, embora a serviço da dominação presente” (idem, p.5). O paradoxo consiste, pois, em que, para estar a serviço da dominação presente, a ideologia exige que as ideias não estejam voltadas à compreensão do próprio tempo.

No seio da modernização o pensamento apresenta-se prioritariamente mistificado, com implicações reais na vida cotidiana, uma vez que a ideologia tenta justificar a irracionalidade do capital para consigo mesmo e para com os homens coisificados. Não se deveria, por conseguinte, teorizar sobre a modernização de maneira independente da ideologia, pois ambas assentam-se na reprodução social capitalista. As ideologias não são, portanto, meras “manipulações” do pensamento em função de interesses “privados” ou filhas dos “Aparelhos Ideológicos de Estado” (Althusser). Para além da crítica da ideologia *strictu sensu*, teoricamente insuficiente e até mesmo problemática se mantida em si mesma, tornam-se necessárias a crítica das formas de representação social e a conceituação dialética das dualidades, das partes divergentes e inseparáveis de um todo, como unidades dos contrários: certo e errado, bom e ruim, presença e ausência (LEFEBVRE, 1980). Não basta o pensamento acusativo, que geralmente associa uma classe, alguns indivíduos ou “aparelhos” à ideologia, como se esta fosse uma espécie de dominação da reprodução do pensamento que paira sobre o mundo e impede as pessoas de saber a “verdade científica” dos fatos. Desse ponto de vista, da superação da crítica ideológica da ideologia, a crítica das ideologias é necessária, mas insuficiente; é apenas um instante no desvelamento das contradições e naturalizações do processo de modernização. Não é suficiente criticar o ideário do progresso, por exemplo, para afastá-lo, para impedi-lo de continuar a conquistar estômagos e espíritos (Marx), para que deixe de nos corromper crescentemente com a ampliação visível do mundo da mercadoria.

A crítica das ideologias só faz sentido se vinculada a uma crítica das formas categoriais da sociabilidade capitalista. Como modo de produção, o capital não está isento dos obscurecimentos, das reduções da capacidade humana de compreensão, crítica e subversão. A ideologia é necessária e tem uma “verdade” de existir, ao mesmo tempo que é mistificadora e inviabilizadora da História, porque oculta o que pode, entretanto, revelar-se (através das violências, contradições e crises do capital, sobretudo): a irracionalidade do modo de produção baseado na extração de trabalho excedente, na produção aumentada de mercadorias e na acumulação insaciável do capital. É preciso, antes de tudo, criticar o feitiço imanente da abstração-real do capital como valor em movimento que se generaliza e move todos os meios. O fetichismo opera como mecanismos de inversão real de sentidos. Marx desde pelo menos 1844 percebia essa inversão como servidão dos homens às coisas⁸. Assim, voltemo-nos ao pensamento crítico da modernização.

Observa-se, pelo exposto, que a gênese lógico-categorial da modernização social não se constituiu em determinada etapa específica ou a partir de um momento inicial datável. A gênese lógico-categorial da modernização refere-se, mormente, à busca incessante de valorização do valor para a acumulação. É isso que permite compreender o que se faz como moderno em lugares e tempos distintos. O ponto de chegada do desenvolvimento das formas lógico-categoriais da sociabilidade moderna, o presente, faz-se, destarte, como o ponto de partida da análise da modernização. É a forma atual da sociabilidade do capital que permite, com o recuo à História, compreender as espacialidades atuais como expressões da acumulação dos tempos (concretizações de tempo de trabalho) e contradições engendradas na modernização. Como expôs Henri Lefebvre ([1970] 1978) no método progressivo-regressivo, “o momento recorrente, analítico-regressivo, precede a um momento histórico-genético, no decorrer do qual o pensamento volta até o atual a partir do passado desentranhado, apreendido em si mesmo” (p. 17). Partindo do presente, buscar-se-ia levantar uma genealogia do tempo passado (sem historicismo, mas recuperando os nós, a constituição e a historicidade de uma formação social específica), voltando-se ao presente e elucidando-o. “Sem os procedimentos progressivos e regressivos (no tempo e no espaço) da análise é impossível conceber a *ciência do fenômeno urbano*” (idem, p. 229, grifos do autor). Após essa breve análise da modernização e da sua relação com a urbanização, fazemos concisamente, na seção seguinte, uma discussão quanto à “cidade moderna” de Belo Horizonte.

8 “Com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenvelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*)” (MARX, [1844] 2004: p.80, grifos do autor).

A NOVA CAPITAL: ORDEM E PROGRESSO NUMA “CIDADE MODERNA”

Desenvolvemos, em seguida, uma problematização sobre as raízes da “modernidade anômala” de uma urbanização como a de Belo Horizonte, na periferia mundial da reprodução do capital. Num país caracterizado antes por “parecer moderno, mais do que ser moderno” (MARTINS, 2000: p.33), onde as ideias estiveram fora do centro em relação ao seu uso europeu, a fundação de uma cidade pretensamente “moderna” no final do século XIX, como foi o caso de Belo Horizonte, expressar-nos-ia o quanto a modernidade se vincula aqui a uma forma particular de urbanização. Nos termos das representações ideológicas de uma cidade planejada, cuja missão seria o progresso de um povo simultaneamente tradicional e republicano, encontram-se certos elementos constitutivos do ideal de modernidade. Com o pensamento crítico detido no âmbito do vivido, no cotidiano e nas práticas espaciais, percebem-se as representações ideológicas da cidade como uma forma própria do pensamento moderno, o qual está prenhe de contradições acirradas no tempo e no espaço da modernização, recheado de alienações que podem ser superadas (LEFEBVRE, [1968] 1991a).

Desde pelo menos a década de 1880 falou-se na abertura de um novo tempo para o Brasil, o qual deixaria de ser Império e se tornaria uma República, o que seria acompanhado de reestruturação social, política e econômica. A proclamação da República em 1889 acompanhava o momento crucial de enunciação da conversão da economia baseada no escravismo para o regime de colonato (que aqui antecedeu ao “trabalhado livre”). Mas a mudança não significou, ao menos de início, o anunciado reordenamento da estrutura de poder brasileira, oligárquica, assentada no clientelismo e na troca de favores. Entretanto, a entrada na Primeira República não foi apenas uma proclamação, do alto do poder, de um golpe de Estado que afirmava a necessidade de modernizar a “nação”, ao ruir de um reinado que perdera suas forças. Inaugurou-se, de fato, novo tempo para o discurso político-ideológico, mas também para a relação de forças da economia política estruturalmente mantida “à brasileira”: patrimonialista e personalista, a Primeira República estabelecia-se pela dominação de poderes para os quais o que era aparentemente “atraso” seria uma vantagem, a condição para que se tivesse uma discursiva e arquitetada vanguarda como modernidade postíça das elites⁹.

9 Contemporânea da história européia, sem ser coetânea nas suas relações sociais e no desenvolvimento das forças produtivas, essa República almejou uma modernidade que não poderia efetivar-se tão cedo, pois não se tinha aqui um modo de vida tipicamente moderno, embora produto e fundamento do moderno.

O republicanismo tornou-se, por suposto, uma expressão que se fez sobre a presunçosa interpretação de que vigem, a partir da proclamação, as estruturas tipicamente republicanas. A ordem republicana inaugurou-se, dessa maneira, primeiramente no discurso de uma elite que tentava estabelecer o ideal de modernidade. Sem conseguir ser tipicamente moderna devido à sua própria condição de reprodução - em geral “interdependente” do aparente atraso das relações sociais -, a Primeira República, dos altos generais e compadrios, espalhou-se aos ares, contudo, como caminho único para o país que teria um encontro marcado com o futuro limpidamente “moderno”. Impregnada de signos do moderno, portanto de imagens da modernidade, uma elite nacional precisou afirmar-se através de um republicanismo cientificista, positivista e ordenador do Estado como ente que formaria uma “nação soberana”. Na medida em que a periferia se faz pela interdependência da centralidade e, desse modo, moderniza-se atrelada ao contexto concorrencial global do capital e não de maneira “dependente” ou sempre posteriormente à modernização dos centros, a Primeira República brasileira fez-se, afinal, como expressão do ideal de afirmação do moderno.

Em tal contexto, as cidades brasileiras do final do século XIX começaram a tomar contornos mais importantes para a reprodução do capital, após quatro séculos de predomínio do caráter mercantil e agroexportador da economia. Passam a congregar-se nas maiores cidades do País (São Paulo e Rio de Janeiro, sobretudo) pequenas produções familiares e industriais, desde as últimas décadas do século XIX e início do século XX. Minas Gerais, em particular, cuja ocupação territorial teve marca atípicamente urbana no século XVIII graças à economia minerária, intensificou sua ruralização com a decadência da mineração no século XIX. Ouro Preto, até então capital da Província de Minas, marcou-se como importante cidade minerária e pela “arquitetura colonial”.

Nas últimas décadas do século XIX, todavia, com a emergência do republicanismo em Minas Gerais (marcado pelo enaltecimento dos Inconfidentes do século XVIII, tidos como os pais tanto da intenção de fundar uma República brasileira quanto de mudar de cidade a capital da Província), alguns homens de formação solidificada nos ideais liberais e progressistas (tais como Augusto de Lima, Bias Fortes [o primeiro], João Pinheiro e Afonso Pena) colocavam-se na ofensiva para a fundação de uma nova capital para Minas. Como os estados da Federação, com o advento da República, adquiriram importância desconhecida pelas antigas províncias, o que reativou as discussões a respeito da mudança da capital de Minas, cogitada desde o final do século XVIII, os velhos republicanos se contrapunham, em disputas ferrenhas, às “ultrapassadas” elites

provinciais ancoradas no domínio político-econômico que mantinham sob o decadentismo mineiro durante o Brasil Imperial, assim como se contrapunham à Ouro Preto “antiga” e descompassada do “espírito moderno” da República. Além disso, a mudança da capital de Ouro Preto deveria conferir nova geografia do poder ao estado conturbado pelo separatismo.

É nessa conjuntura - de quase dissolução da ordem interna, dos interesses pela partilha do território original e do risco de fracasso do novo regime para os destinos do estado - que a construção de uma cidade em que se ligariam as origens e tradições mineiras ao progresso e à República se tornou um projeto oportuno para “realizar a síntese sonhada pelo novo tipo de governo” (MELLO, 1996: p.25). Capital desde 1720, quando houve a separação da Capitania de Minas Gerais da de São Paulo, a cidade de Ouro Preto caracterizava-se, para os republicanos, por ser atrasada e deficiente para o progresso estadual. Reuniu-se na velha cidade, em 30 de março de 1891, uma Constituinte republicana do estado na qual a mudança da capital foi discutida. Ainda em 1891 o Presidente do estado, Augusto de Lima, formulou decreto determinando a transferência da capital. Adicionada à Constituição estadual, a lei provocou muitos protestos da população mineira, que se dividia entre os “não mudancistas” e os “mudancistas”. Cada grupo fundou um jornal e promoveu reuniões e debates. Para os “mudancistas” era necessário romper com os laços de uma sociedade ligada aos modelos absolutamente tradicionais. Depois de acirrados debates, a decisão pela mudança impôs ao Governo a questão da escolha da localidade para a nova capital. Cinco regiões foram estudadas por comissões específicas: Paraúna, Barbacena, Juiz de Fora, Várzea do Marçal e Curral del Rei. A Lei nº 3, de 1893, tornara oficial a escolha por Curral del Rei, local já conhecido pela população mineira como “Belo Horizonte”. Depois da difícil discussão sobre a definição do sítio, a construção da nova capital deveria ser efetivada em quatro anos, de 1894 a 1897. Era criada, então, a Comissão Construtora da Nova Capital, para a qual o engenheiro-chefe e politécnico, Aarão Reis (chefe da comissão até a inauguração da cidade, em dezembro de 1897), selecionou equipe afeita ao positivismo republicano. Concebido a partir das representações do urbanismo moderno, o plano da “Cidade de Minas” (atual Belo Horizonte¹⁰) foi desenhado antes de se conhecer o sítio¹¹.

10 A “nova capital”, criada pelo decreto-lei de 17 de dezembro de 1893, recebeu inicialmente o nome de Cidade de Minas. Seu município desmembrou-se de Sabará em 1894 e sua construção foi inaugurada (ainda inconclusa) em 1897. A cidade recebeu definitivamente o nome atual em 1901.

11 Sobretudo as intervenções de Haussmann em Paris serviram de influência no caso de Belo Horizonte como elo de vinculação às novidades urbanísticas internacionais, as quais, ao dizerem resolver os problemas das cidades industrializadas, eliminavam as características de convergência de pessoas e de atividades

A construção de uma nova capital era a “síntese de uma capacidade política, econômica e histórica de resposta de nossa elite estadual republicana” (MELLO, 1996: p.28). Para entrar no novo tempo pressupunha-se uma nova capital. Cidade planejada para ser capital do estado, a futura Belo Horizonte era o arquétipo de uma vida na modernidade e lugar onde habitaria uma sociedade que “acerta as contas com o passado”. Para se distinguir da antiga ordem e da antiga capital, o advento da República serviria como fundamento da concepção ideológica de uma nova temporalidade, pretensamente moderna, que encontrava na cidade a representação ideal (MAGALHÃES & ANDRADE, 1989). Tentava-se romper, de um lado, com o passado colonial e o passado imperial, tomados como causas do atraso do País e, de outro, buscava-se concretizar a perspectiva modernizante, aliando “ordem e progresso”. Segundo Aarão Reis era necessário para o plano da nova capital “traçar com a régua e o compasso uma ordem social harmônica, unitária, onde não haveria lugar para a chamada desordem urbana”. Assim, “a uniformidade da malha urbana proclamava a transparência e orientação plena do espaço, assegurando uma legibilidade imediata da cidade” (JULIÃO, 1996: p.57). Uma nova capital propiciaria à República ser vivida realmente como democratização e modernização social. No contexto da construção da nova capital, entretanto, a República não significou democratização, a não ser caricaturalmente. Ao invés disso, o que se deu no planejamento e na construção da nova capital foi baseado na violência e na expropriação, o que depõe contra o propósito democrático. A cidade firma-se, desde então, como locus do poder estatal e da reprodução do capital, do traçado reto e da lógica formal de uma ciência que não consegue ordenar de todo o que constantemente reitera contradições¹².

A República e Belo Horizonte seriam também as “boas novas” que reformulariam o arcaico (o tradicional, Ouro Preto), não apenas na ruptura, como também na continuidade, o que é demonstrado, por exemplo, na ideologia da mineiridade, que alia tradição e progresso, ou ao se tomar Ouro Preto e os Inconfidentes como marcos da História mineira. Enquanto em Ouro Preto estava preservado o passado, a pré-história do republicanismo mineiro que viria a ser monumentalizada ao longo do século XX, Belo Horizonte representava o futuro. De todo modo, Belo Horizonte foi edificada como símbolo e expressão da intenção de modernidade, do sonho tecnocrático e positivista de progresso.

-----..
para que cada coisa ocupe seu lugar pré-estabelecido através do controle e do planejamento.

12 Inaugurada às pressas, a Cidade de Minas ainda estava inacabada. Os operários aglomerados em meio às obras não foram retirados e, sem lugar para ficar, assim como muitos dos antigos moradores do arraial, formaram as primeiras favelas na periferia da cidade planejada.

Nesse sentido, já nasce como uma anti-cidade que nega o encontro dos diferentes e a criação de obras: como forma *a priori*, impõe-se desde a prancheta até o terreno, passando pelas concepções e relações cotidianas sob o signo da modernidade, através das representações ideológicas da cidade, o que praticamente impossibilitaria sua apropriação fora do escopo da racionalidade abstrata fundada na lógica cientificista e na reprodução do capital.

Integrando ideologia e política elitistas, a nova capital estava envolvida na imagem e constituição de um regime que atingiria o que se concebia como modernidade, mas sem romper com o passado, enfim uma cidade cientificamente justificável e construída, que, limitada pelas parcas (senão irreais) transformações sociais proporcionadas imediatamente pela República, servia aos imperativos da modernização. Na nova capital um local assumiria importância monumental: a Praça da Liberdade. Tratamos, na próxima seção, dessa Praça no curso da urbanização belo-horizontina.



Foto 1. Festa de inauguração de Belo Horizonte na Praça da Liberdade, em 12 de dezembro de 1897. Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Público Mineiro.

A PRAÇA DA LIBERDADE NA URBANIZAÇÃO DE BELO HORIZONTE

A Praça da Liberdade constituiu marco decisivo na nova capital de Minas Gerais como símbolo principal da cidade republicana. Mesmo que não seja refeito de modo detalhado o percurso histórico de constituição da Praça ao

longo de mais de 110 anos de urbanização da capital que se tornou metrópole, elucidam-se algumas mudanças e permanências vinculadas ao logradouro, que incidiram no âmbito da vida cotidiana e nas representações ideológicas da cidade historicamente herdada. Afinal, a urbanização e a metropolização de Belo Horizonte levaram a inúmeras transformações da cidade planejada, embora algumas referências se tenham mantido com destaque. Dentre as referências que perduram, provavelmente a principal é a Praça da Liberdade¹³. Projetada e construída relativamente próxima ao centro urbano do plano original, desde o início das obras da nova capital, a Praça firmou-se desde cedo como marco cívico e burocrático da cidade, em torno da qual se edificaram prédios que sediaram por décadas as Secretarias e o Governo do Estado de Minas Gerais. Traçando as transformações passadas pela Praça, alcançamos a sua atualidade, quando se verifica a conversão nos usos dos prédios que a circundam, de sedes do Governo e das Secretarias do Estado de Minas Gerais em “equipamentos culturais” do Circuito Cultural Praça da Liberdade (CCPL).

A Praça da Liberdade foi projetada por Aarão Reis designadamente para abrigar em seu entorno o conjunto de Secretarias e a sede do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. Ele posicionou a Praça, em forma de retângulo e na convergência de quatro largas avenidas, sobre uma porção mais elevada do terreno em que se construiu Belo Horizonte (na parte de dentro da Avenida do Contorno)¹⁴. O estudo de ALBANO et al. (1985) atesta o quanto a Praça da Liberdade foi, desde seus primórdios, referida como símbolo da cidade de Belo Horizonte (e do estado de Minas Gerais, em certa medida):

Em 16 de abril de 1903, o jornal Minas Gerais publica um artigo do advogado Gustavo Pena em que sugere o tratamento a ser dado à Praça da Liberdade.

“Nesta formosa cidade de que nos devemos orgulhar por tantos motivos, para que a grandiosa Praça da Liberdade venha a ser considerada um dia, como deve e merece, a Praça do Estado de Minas, é necessário, no meu entender, que a exemplo de tantas outras, façamos, embora lentamente,

13 A denominação de “Praça da Liberdade” expressa nitidamente o ideal liberal do republicanismo que engendrara a nova capital. Mas a “liberdade” da Praça não foi realmente vivida, senão política e economicamente concebida pelas elites de plantão.

14 Estrategicamente situada, essa Praça laica encontra-se em posição elevada em relação ao centro comercial mais antigo de Belo Horizonte, à Igreja São José e à Catedral da Boa Viagem. O bairro do entorno da Praça abrigou, desde o final do século XIX, os servidores públicos de Minas Gerais, recebendo o nome de Bairro Funcionários. Esse bairro tornou-se uma das regiões mais “nobres” de Belo Horizonte.

alguma coisa que signifique um sentimento artístico e um dever patriótico”.

A preocupação que o texto expressa, em relação à Praça da Liberdade, reflete esta necessidade de se buscar um espaço que possa concentrar, na sua imagem, a imagem pretendida da cidade. [...]

Em síntese, o que esta sugestão pretende é uma “monumentalização” da Praça, atribuindo-lhe uma função didática de manutenção dos valores e expressão da história de Minas (ALBANO et al., 1985: p.12-13).

Após a euforia da inauguração da nova capital, e da conseqüente destruição completa do antigo arraial do Curral del Rei (BARRETO, 1995 [1936]), a cidade ficou marcada até ao menos os anos 1920 por um ritmo da vida cotidiana que parecia não atingir a tão almejada modernidade, a qual estaria presente apenas no traçado das ruas e nas “modas” elitistas: “Era o ritmo morno da vida social, ainda prevaemente, que impacientava quem se consagrou a representar o tradicional como atraso, contrapondo-o ao moderno ao invés de compreendê-lo como seu produto e fundamento” (MARTINS, 2003: p. 398). Espécie de cidade sem graça nesse primeiro anos, a nova capital parecia às vezes grande demais para sua população e sem diversões condizentes com seu plano.

A Praça da Liberdade, onde se inaugurou com festa a nova capital, em 12 dezembro de 1897, manteve características bucólicas, com árvores e alguns lagos, até 1901, quando sofreu a primeira grande intervenção que a afrancesou, ao se construir um coreto, plantar dois renques de palmeiras e colocar iluminação pública. Local novo, de parada do bonde, aos poucos a Praça começou a estabelecer-se como espaço de sociabilidade na nova capital. Entediante, todavia, o ritmo da vida cotidiana estava descompassado da imagem reproduzida pelo republicanismo positivista da cidade moderna. O Presidente do estado em 1902 mandou construir, não por acaso, uma réplica de concreto do pico Itacolomi (maciço rochoso de Ouro Preto) no centro da Praça, sugerindo consolo aos ouro-pretanos melancólicos da antiga capital.

A população começou a frequentar mais intensamente os espaços de lazer da nova capital a partir dos anos 1910, quando os cinemas, cafés e praças passaram a congregar glamour, diversão e “ares modernos”. Mas é somente na década 1920 que esses espaços entram de maneira consistente na vida cotidiana das pessoas e a cidade planejada assume ritmo mais condizente, mais confortado com seu ideal, reproduzindo, contudo, contradições, além de manter-se

diversa de uma modernidade “clássica” por razões já salientadas. Nas décadas de 10, 20 e 30 do século XX, a Praça da Liberdade torna-se um dos principais pontos de encontro das pessoas em Belo Horizonte, onde se fazia o *footing* e paquerava-se. Geralmente no final de tarde, no tempo do lazer subordinado ao tempo do trabalho, o *footing* firmou-se como primeiro uso mais intenso da Praça, além das passagens de transeuntes e funcionários públicos, das manifestações cívicas, greves e atos. Os anos vinte e trinta em Belo Horizonte foram marcados por cronistas e escritores da “primeira geração modernista”, tais como Carlos Drummond e Pedro Nava, pelo tempo do romantismo na história da capital, sua mocidade. A exuberância da arborização, a amplidão das avenidas, os passeios de bonde, as sessões de cinema, os cafés e o *footing* compunham a atmosfera da cidade que pareceria tornar-se enfim moderna, embora de uma modernidade esvaziada, por exemplo, pela falta de certos elementos para muitas das pessoas que compunham sua urbanização (como exemplificavam as escolas e habitações precárias das periferias).

Em 1920 a Praça da Liberdade foi reformada com a incorporação de jardins e de chafarizes, assim como outras alterações que lhe deram um aspecto próximo do atual. Foi quando Belo Horizonte recebeu a visita dos reis da Bélgica. É dessa década a maior parte dos discursos que enaltecera Belo Horizonte como cidade amena, mas que ainda se fazia plenamente na modernidade. Durante os anos trinta e quarenta a cidade passa por importantes transformações, sobretudo em regiões externas à área central, como as advindas da construção da Pampulha e do eixo industrial na década de 40. Aos poucos a cidade recebe algumas indústrias e seu perfil deixa de ser definido apenas pelo caráter administrativo-burocrático. Semelhante impulso modernizador foi acompanhado do crescimento dos serviços e do comércio, notadamente na área central, além da elevação dos patamares do preço da terra, assim como do aumento da construção de edifícios. Na administração do Prefeito Juscelino Kubitschek, que, com o objetivo de “renovar” a capital, inaugurou o Complexo Arquitetônico da Pampulha em 1943, a modernização da cidade fez-se de maneira ideológica e estrategicamente monumental. A década de 1950, quando a cidade inicia consistentemente sua metropolização¹⁵, é marcada pelo despontar da industrialização. Durante os anos 1950 e 1960 a Praça da Liberdade apresentou declínio como local de predomínio do encontro citadino na medida em que as pessoas passavam a habitar regiões mais longínquas e a utilizar outros

15 Metropolização expressa visivelmente, por exemplo, através da expansão significativa do mercado imobiliário, da verticalização da área central, da ampliação do seu raio de influência regional e da intensificação do ritmo da vida cotidiana intraurbano.

espaços para o lazer.

As décadas de 1960, 1970 e 1980 acentuaram ainda mais a metropolização da cidade, a qual mantinha a monumentalidade da área central, ainda que se verificasse certa “deterioração” em determinados logradouros. Isto é, durante esse período ocorreu certo arrefecimento temporário dos investimentos higiênico-sanitaristas e esteticistas da política urbana para a área central de Belo Horizonte, o que, contudo, tem sido completamente revertido pela tendência patrimonialista das últimas duas décadas. De 1969 a 1989 a Praça da Liberdade, especificamente, abrigou um conjunto de feiras (de antiguidades, comidas típicas, artesanato e objetos de arte) nos dias úteis e nos finais de semana. Frequentada por diversas pessoas de diferentes classes sociais, ela foi vivenciada nesse período com grande intensidade, novamente, como espaço de lazer e, enquanto nova condição, como local de comércio. A “deterioração” da Praça com o uso comercial levou, no início da década de 1990, a uma polêmica sobre a mudança das feiras daquele local. Após intensos debates entre feirantes, governantes, técnicos e entusiastas, o Governo do estado tornou-se “parceiro” da empresa Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) para a restauração, em 1991, e a manutenção da Praça desde então (CALDEIRA, 1998).

Portanto, uma genealogia do processo de modernização de Belo Horizonte, desde pelo menos a inauguração da cidade até a atual fase da metropolização, marcada notadamente pela transferência da sede do Poder Administrativo do estado de Minas da Praça da Liberdade para o “Centro Administrativo Tancredo Neves”, poderia mostrar, nesse percurso, como a cidade é re-volvida e re-significada, representada e re-inserida na vida cotidiana. A cidade está, ao mesmo tempo que presente e monumentalizada na Praça, ausente, pois nos escapa e é impossibilitada de se realizar como obra criada pela e para a apropriação social. Abordaremos, na próxima seção, as representações da cidade monumentalizada em relação aos usos atuais dos prédios da Praça.



Foto 2. Praça da Liberdade vista de cima, com região sul de Belo Horizonte ao fundo.

Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=205800>>.

Acesso em: 10 out. 2011.

OS MONUMENTOS E A REPRESENTAÇÃO DA CIDADE HERDADA EM MEIO À METRÓPOLE

Como exposto anteriormente, a urbanização extensiva e intensiva de Belo Horizonte e a sua metropolização não implicaram o desaparecimento completo da cidade herdada. Ela ainda está representada na metrópole. Paradoxalmente, tem-se uma tentativa de manutenção ou de restituição do que restou da cidade, destacadamente através de seus antigos prédios museificados. Para Henri Lefebvre ([1970] 1999),

Uma imagem ou representação da cidade pode se prolongar, sobreviver às suas condições, inspirar uma ideologia e projetos urbanísticos. Dito de outro modo, o ‘objeto’ sociológico ‘real’, nesse caso, é a imagem e, sobretudo, a ideologia! (p.59).

Para o mesmo autor, os monumentos da cidade recebem, condensam e transmitem mensagens, sobretudo pela memória incorporada, pela memorização do tempo em uma permanência objetual (LEFEBVRE, [1970] 1978). Apesar de não ser ele que produz o espaço e o tempo, o monumento se contenta em conservá-los. O edifício monumental é também o apoio de uma ideologia, ao buscar reunir, persuadir e convencer pelo poder. Na esteira das elaborações

de Henri Lefebvre sobre a cidade, o urbano e a teoria das representações, Odette Seabra (2005) entende que “a metamorfose da forma urbana traduz a passagem das práticas no espaço para as representações ideológicas das práticas” (p. 177). Dessa maneira, do processo de metropolização “resulta as representações sociais que vagam nas lembranças e na memória histórica, muitas das quais expressas nos monumentos da cidade” (p. 153), monumentos que “permanecem espaços residuais que guardam uma síntese de diversos tempos sociais e re-têm a História inteira com seus impasses e contradições” (p.179). Como Henri Lefebvre ([1970] 1999) salientara, os monumentos são, assim, ao sintetizarem contraditoriamente os diversos tempos sociais, oferecidos à contemplação passiva quando perdem seus sentidos anteriores de símbolos determinados:

Contra o monumento. O monumento é essencialmente repressivo. Ele é a sede de uma instituição (a Igreja, o Estado, a Universidade). Se ele organiza em torno de si um espaço, é para colonizá-lo e oprimi-lo. Os grandes monumentos foram erguidos à glória dos conquistadores, dos poderosos. [...]. Construíram-se palácios e túmulos. A infelicidade da arquitetura é que ela quis erguer monumentos, ao passo que o “habitar” foi ora concebido à imagem dos monumentos, ora negligenciado. A extensão do espaço monumental é formal. E se o monumento sempre esteve repleto de símbolos, ele os oferece à consciência social e à contemplação (passiva) no momento em que esses símbolos, já em desuso, perdem seu sentido (p.29).

De modo preciso, aponta Odette Seabra:

Em perspectiva [...] a síntese é fazer do que resta, da cidade histórica, um campo de investimentos rentáveis, re-valorizando produtos e obras. Mas a sociedade de mercado generalizado não cessa de introduzir novas necessidades; é por isso que, no âmbito da indústria cultural e do turismo, fragmentos do processo de urbanização são estrategicamente produzidos para realizarem-se como memória, no processo já identificado como de museificação daquilo que restou da cidade histórica. [...] É nesse sentido que o processo de metropolização tem um elo com a institucionalização da memória. E que a história da cidade, e dos seus bairros, é valorizada na atualidade (SEABRA, 2001: p.76-80).

No início de 2010, portanto, começou a efetivar-se a transferência das sedes das Secretarias e da Chefia do Executivo dos prédios da Praça da Liberdade e de alguns outros edifícios na área central de Belo Horizonte para o “Centro Administrativo Tancredo Neves”, faraonicamente construído no extremo Norte do Município. Nem por isso a metropolização de Belo Horizonte e a transferência de sede administrativa do Governo estadual significaram exatamente a descentralização do poder estatal (da Praça da Liberdade) no espaço da metrópole, mas sua reposição justamente ao fragmentar-se: o Estado viabiliza para a reprodução do capital a “cidade re-planejada”, com seus pressupostos e estratégias, sem deixar a reboque sua antiga sede.¹⁶ Nesse sentido, apesar (ou justamente por isso) das alterações em seus usos, os prédios do entorno e a própria Praça da Liberdade se mantêm como espaços para o exercício do poder, “(...) onde a História não é apenas um discurso sobre o passado, mas se torna presente pela força da significação que construiu (...)” (ALBANO et al., 1985: p.5). Propala-se, dessa maneira, uma “cidade de cultura” em meio à metrópole de Belo Horizonte, a qual nos está afirmada peremptoriamente com o CCPL. David Harvey ([1989] 1994) explicita alguns dos objetivos visados pelo movimento urbanístico que seria observável no CCPL:

Ao que parecem, as cidades e lugares hoje tomam muito mais cuidado para criar uma imagem positiva e de alta qualidade de si mesmos, e têm procurado uma arquitetura e formas de projeto urbano que atendam a essa necessidade. [...]. Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (que começou em 1973) de competição interurbana e de empreedimentismo urbano intensificados (...). A projeção de uma imagem definida de lugar abençoada por certas qualidades, a organização do espetáculo e a teatralidade foram conseguidas com uma mistura eclética de estilos, com a citação histórica, com a ornamentação e com a diversificação de superfícies (...) (p. 91-92).

O CCPL prestar-se-ia resolutamente, ainda que nos falem maiores investigações, à “competição entre cidades” por investimentos, ao gerenciamento de marcas e aos privilégios dos que buscam impor uma cultura das coisas (sobre a reificação da cultura cf. *A indústria cultural: o esclarecimento como*

 16 “A administração pública, agora, programando as parcerias público-privado corre atrás do prejuízo através dessa fórmula em si bizarra. Nestes termos é que são programadas as intervenções no espaço urbano. Mas disto resultará, na melhor das hipóteses, um espaço concebido, ou seja, um urbano artefato” (SEABRA, 2005: p.153).

mistificação das massas. In: ADORNO & HORKHEIMER, [1947] 1985; DEBORD, [1967] 1997; JAMESON, 2001). Afinal,

(...) vão as grandes corporações multinacionais tratando de nos persuadir que os verdadeiros protagonistas da cena mundial são – quem diria... – as cidades, ou melhor, cidades cuja configuração seja propícia à valorização patrimonial que mais interessa a tais firmas no presente estágio de transnacionalização produtiva. Rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de *revalorização urbana* – sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (como contestar?...). E para entrar nesse universo dos negócios, a senha mais prestigiosa é a cultura. Essa a nova grife do mundo fashion, da sociedade afluyente de altos serviços a que todos aspiram (ARANTES, 2002: p.69; grifos do autor).

Constituído de museus, teatros e outros “equipamentos culturais” capitaneados por grandes empresas que estampam suas marcas e o caráter afirmativo de uma cultura das coisas acabadas - estranha ao que se cultiva cotidianamente, pois o tempo da vida está abstraído pelo trabalho; cultura inerte de antiguidades e de tecnologias, que só pode ser relacionada com o mundo da mercadoria, com a troca e o fetichismo -, o CCPL insere-se, desse modo, no âmago da reprodução das relações de produção do capital, no cotidiano de consumo dirigido, no “tempo livre” de recuperação subordinado ao trabalho, e na representação ideológica da cidade:

Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro (LEFEBVRE, [1972] 2008: p. 47-8).

Com o empreendedorismo das cidades (eufemisticamente chamado “re-vitalização urbana”), estas são colocadas à venda¹⁷. A intervenção do Estado no espaço torna-se necessária ao capital para o fim de produzir e viabilizar novos espaços para se tentar sua reprodução¹⁸, propalando-se um consumo

17 Assim, os “espaços públicos” viabilizados para e em parte pela iniciativa privada com o ordenamento estatista - na re-funcionalização de antigas áreas da metrópole através de projetos de patrimonialização e consumo turístico e cultural - envolve-se no sonho tecnocrático da cidade-empresa.

18 Como representação do público, o Estado é fundamental para a reprodução do capital, uma vez que

cotidiano da “cultura” e ratificando-se uma representação ideológica da cidade “ressuscitada”. A justificativa dada à ação do Estado em “parceria” com a iniciativa privada envolve, entre outras coisas, o discurso de que se iria aproximar a população dos prédios reabilitados, tornando-os de fato públicos e acessíveis. Dessa maneira, acompanhando a política urbanística do *cultural turn* emergente nas últimas décadas, cujos mecanismos estão destinados a “inventar” um patrimônio, o monumento histórico passa por um processo de valorização que o transforma em produto econômico. E, assim, “(...) a cultura não é o outro ou mesmo a contrapartida, o instrumento neutro de práticas mercadológicas, mas é parte decisiva do mundo dos negócios e o é como grande negócio” (ARANTES, 2002: p. 48).

Enquanto dinâmica do poder, a representação da cidade e o sistema simbólico de sua nomeação se exercem, por extensão, dissimulando o curso da modernização, afinando-se aos exercícios da abstração-real da reprodução do capital. O patrimonialismo toma o espaço como objeto morto, que já conteve trabalho e deve ser preservado. A museificação exponencial dos prédios do entorno da Praça da Liberdade (enquanto prédios e como museus, na reutilização das suas dependências) não deixa de ser efeito estandarizado dessas tendências intervencionistas em que a cultura se torna mercadoria símbolo, sem a qual não se poderiam reproduzir todas as outras (DEBORD, [1967] 1997), e diante da qual o que podemos fazer é apenas consumir.

Para David Harvey ([1989] 1994), com a intensificação da incidência dos domínios da economia política no cotidiano, desde a ascensão do denominado capitalismo tardio (a partir da década de 1970), observa-se a tendência de crescimento do setor de entretenimento, em que se reproduzem desejos e necessidades fortuitas, de distração, para se tentar manter mercados de consumo e a demanda capazes de lucratividade para os capitais. O esteticismo e a financeirização do capital aliam-se, doravante, aos circuitos comerciais de visitação e compra, à citação superficial da história e da cidade, e a um cientificismo tomado abstratamente na apologética tecnológica. Dessa maneira, ao mesmo tempo que busca garantir a reprodução do capital na sociedade urbana, reunindo os fragmentos homogeneizados e hierarquizados através da dominação política do espaço e do cotidiano, o Estado impossibilita a realização do urbano como obra a ser apropriada (LEFEBVRE, [1968] 1991b). Para servirem fundamentalmente aos desígnios da reprodução do capital, a Praça da Liberdade e a cidade historicamente herdada estão, portanto, reduzidas nas possibilidades de

corrobora e viabiliza o consumo dirigido na vida cotidiana por meio da burocratização e colonização que o mundo das mercadorias acarreta às mais recônditas instâncias do vivido.

apropriação radical pelas pessoas, de se produzirem para o novo e de se criarem nelas ou a partir delas experiências radicalmente transformadoras.



Foto 3. Vista frontal da antiga Secretaria de Defesa Social em reforma para transformar-se no Centro Cultural Banco do Brasil, com as seguintes frases estampadas: “O melhor da cultura de presente para você”; “Faz diferença ter um banco todo seu.” Pedro Resende. Agosto de 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os “equipamentos culturais”, que aparecem contemporaneamente como simples soluções de aproveitamento do que sobrou de edifícios potencialmente ociosos na cidade que se tonou metrópole, apresentam-se altamente aproveitáveis como instrumentos não apenas ideológicos, mas também estratégicos, que incidem na materialidade das relações sociais. Com o CCPL a Praça da Liberdade tem assumido uma especialização na metrópole de Belo Horizonte: ao ser reelaborado, ideológica e materialmente, o logradouro ratifica-se como símbolo do poder numa cidade monumental em meio à metrópole, marcada agora pela cultura das mercadorias, que tenta conciliar um passado coisificado com um “moderno” ainda aspirado, na depravação concreta e abstracionista de possíveis experiências urbanas. Em tempos de produção enxuta e acumulação flexível do capital, o setor de serviços, os complexos de lazer e entretenimento, o turismo, a cultura midiaticizada, estandarizada, em suma a reprodução das relações sociais de produção tende a constituir-se com prerrogativas do resguardo das dissimulações das contradições e conflitos observados histórica e espacialmente.

Os lugares de lazeres, assim como as cidades novas, são dissociados da produção, a ponto dos espaços de lazeres parecerem independentes do trabalho e “livres”. Mas eles encontram-se ligados aos setores do trabalho no consumo organizado, no consumo dominado. Esses espaços separados da produção, como se fosse possível aí ignorar o trabalho produtivo, são os lugares de recuperação. Tais lugares, aos quais se procura dar um ar de liberdade e de festa, que se povoa de signos que não têm a produção e o trabalho por significados, encontram-se precisamente ligados ao trabalho produtivo. É um típico exemplo de espaço ao mesmo tempo deslocado e unificado. São precisamente lugares nos quais se reproduzem as relações de produção, o que não exclui, mas inclui, a reprodução pura e simples da força de trabalho. [...] [Nisto consiste o] espaço, de um lado desarticulado e separado, e de outro, organizado e re-unido pelo poder (LEFEBVRE, [1972] 2008: p. 49-50).

Enquanto lugares de lazeres, os novos museus, paradoxalmente novos e museus, que tentam restituir “identidades”, forjar “diversidades”, tornam-se fetiches da “criação humana” com seus objetos estranhados pelas pessoas, mesmo se “adorados”, na medida em que elas não se reconhecem na produção deles e a eles apenas têm acesso na contemplação passiva e espetacularizada do consumo. A busca do passado se faz, assim, de maneira efêmera, coisificada, ou mesmo morta, encontrando-o apenas na ordem do tempo passageiro, fugaz, de uma sociedade que perde raízes e se aliena de sua produção: a modernização fetichiza a História, o Estado, o conhecimento, a arte, a cultura e a cidade, ao passo que os museus os resguardariam para serem vistos à distância, apesar de concebidos (abstratamente) como se estivessem sendo democratizados. De acordo com Nietzsche ([1874] 2003), a sobrevivência tornada impotente, mesquinha, impede-nos de descobrir a História a tal ponto que permitimos “os mortos enterrarem os vivos” (p.24).

Percebemos, sem muito esforço, que o tolhimento a outros usos - diferentes daqueles já pré-definidos - da Praça da Liberdade torna-se flagrante. Embora não seja o caso de eludirmos os diversos protestos e enfretamentos pontuais, passados e presentes (de categorias profissionais em greve; de ocupantes de terrenos urbanos contra o Governo estadual; etc.), que tiveram ou têm justificadamente a Praça da Liberdade como “palco”, os quais, entretanto, demandariam outro texto para serem analisados, não deveríamos desalentar-nos com a constatação de uma apatia comprometida diante do processo de

museificação mercantil e espetacular da Praça. Tal apatia se flagra em torno de certo consenso quanto às re-funcionalizações dos prédios, geralmente tomadas como inevitáveis e louváveis. Pelo contrário, é também por essa condição quase não criticada prática e teoricamente que se exige uma crítica imanente e negativa do real, em vistas dos possíveis (por ora impossibilitados) de uma vida radicalmente diferente.

Podemos dizer ainda que, constituídas como fundamentos da reprodução social moderna, as próprias mediações da reprodução do capital estabelecem as contradições distendidas entre forças produtivas e relações sociais de produção, contradições que precisariam ser levadas às últimas consequências a fim de se estabelecer outro modo de produção. Fundado na criação de obras concretas, presentificáveis, em que se dê outra finalidade à vida social que não seja a abstração-real das formas do capital (assim como as estratégias estatistas e os cientificismos acabrunhantes, sendo inseparáveis os três elementos), outro modo de produção que superasse o capital levar-nos-ia, possivelmente, à apropriação da cidade, no encontro e qualificação das diferenças, transformando a vida urbana em obra criadora. Não existe nenhuma emancipação, portanto, sem subverter nossa vida cotidiana danificada (ADORNO, [1945] 2008). Democratizar a cultura no sentido propalado no CCPL não quer dizer que a produção da cultura se torna democrática, mas sim que o acesso a ela se torna um negócio (uma negação do ócio, da vida ativa), que o lazer na metrópole tornou-se um mercado.

Em uma sociedade marcada pela generalização do dinheiro e da troca de mercadorias, a cultura, quando forçada a entrar no âmbito do cotidiano, passa a reunir – ao lado da publicidade como linguagem específica do mundo da mercadoria – os requisitos para atrair uma clientela entusiasmada em ver o que se tornou banal: arte, cultura e conhecimento na cidade monumentalizada em meio à metrópole. Desprovidos de experiências radicalmente transformadoras, voltemo-nos criticamente para a modernização, entendendo-a como processo de reprodução social em si mesmo crítico. Deve-se atentar, por fim, em que circular enquanto consumidor no âmbito cultural da cidade do espetáculo contrapõe-se ao movimento que faz com que a arte e a cultura circulem em cada um, que sejam cultivadas e não coisificadas enquanto especificidades para a reprodução do capital na modernização contemporânea. Ou ainda, como ensinaram os Situacionistas, trata-se de fazer uma crítica negativa que vislumbre a utopia concretizável da “abolição da arte” enquanto esfera relativamente separada da vida e como alibi estético na contemplação passiva, através de uma vida cotidiana revolucionada em arte de viver (VANEIGEM, [1967] 2002).

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T. *Minima Moralia. Reflexões a partir da vida lesada*. São Paulo: Azougue, [1945] 2008.
- ADORNO, Theodor. W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1947] 1985.
- ALBANO, Celina; LEMOS, Celina; WERNECK, Nísia Duarte; MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. *A cidade na praça: poder, memória, liberdade*. Belo Horizonte: Departamento de Sociologia e Antropologia - UFMG, 1985. (Textos da Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Disponível na Biblioteca UFMG).
- ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal. In: ARANTES, O; VAINER, C. e MARICATO, E. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 11-74.
- BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – história antiga e história média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995 [1936]. 2 v.
- BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CALDEIRA, Júnia Marques. *Praça: território de sociabilidade. Uma leitura sobre o processo de restauração da Praça da Liberdade em Belo Horizonte*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1998. (Dissertação de mestrado em história).
- CCPL. CIRCUITO CULTURAL PRAÇA DA LIBERDADE. Disponível em: <<http://www.circuitoculturalliberdade.mg.gov.br/index.php>>.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1967] 1997.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, [1989] 1994.
- JAMESON, Fredric. *A Cultura do Dinheiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna. In: *BH: Horizontes Históricos*. Eliana F. Dutra (org). Belo Horizonte: C/Arte, 1996.
- KURZ, Robert. *Escravos da luz sem misericórdia*. Publicado na Folha de São Paulo de 12.01.1997.(Tradução de José Marcos Macedo).
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ed. Ática, [1968] 1991a.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, [1968] 1991b.
- LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. 4ª ed. Barcelona: Ediciones península, [1970] 1978.

- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1970] 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1972] 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Anthropos, [1984] 2000.
- LEFEBVRE, Henri. Quand la ville se perd dans une métamorphose planétaire. In: *Le Monde Diplomatique*. «Le temps des ruptures». Paris: Mai 1989. (Traduzido do original em francês por Pedro Henrique de Mendonça Resende).
- MAGALHÃES, Beatriz de Almeida & ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte: um espaço para a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1989.
- MARTINS, José de Souza. As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In: *A sociabilidade do homem simples – cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2000, p. 17-54.
- MARTINS, Sérgio. A metropolização em Belo Horizonte: apontamentos para uma pesquisa sobre a reprodução social. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Orgs.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 398-409.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, [1844] 2004.
- MARX, Karl. *O Capital. Para a crítica da economia política*. Os Economistas. 3 Livros, 5 Volumes. São Paulo: Nova Cultural, [1867/1885/1894] 1985.
- MELLO, Ciro Bandeira de. A noiva do trabalho - uma capital para a República. In: *BH: Horizontes históricos*. Eliana F. Dutra (org). Belo Horizonte: C/Arte, 1996.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Segunda consideração intempestiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, [1874] 2003.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Urbanização e fragmentação: apontamentos para o estudo do bairro e da memória urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: UNESP / GAsPERR, 2001, p. 75-96.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Entrevista concedida à Revista Geosul. Edição do 2º semestre de 2005. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.
- VANEIGEM, Raoul. *A arte de viver para as novas gerações*. São Paulo: Conrad, [1967] 2002.